

APRESENTAÇÃO

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em meio digital consolidaram-se como centralidade investigativa no Serviço Social, especialmente após os impactos da pandemia da COVID-19. Naquele período, as medidas de isolamento demandaram que o trabalho e o acesso a direitos básicos – como saúde, assistência e previdência – fossem compulsoriamente mediados por plataformas digitais. Contudo, esse fenômeno não é recente; ele remonta a processos históricos de informatização, visíveis desde a criação da DATAPREV nos anos 1970 e a posterior digitalização do SUS e do Judiciário.

O que se justificava inicialmente como uma simplificação burocrática e busca por eficiência institucional representou, na verdade, um salto na capacidade estatal de extrair e processar dados da realidade nacional como informações estratégicas. O Brasil, seguindo orientações multilaterais e evoluindo do Governo Eletrônico para a Estratégia de Governança Digital, tornou-se líder global em *GovTech*. Essa liderança marca a transição para a dataficação do Estado e sua plataformização, em que as relações sociais são transmutadas em dados quantificáveis conforme interesses de mercado, culminando na unificação de serviços via GOV.BR em 2020.

O Serviço Social brasileiro, ao completar 90 anos em 2026, reafirma sua tradição de análise crítica sobre a política social para incidir nesse debate. Diante da nova morfologia do trabalho e do acesso mediado por tecnologias, a categoria tem aprofundado estudos para qualificar o atendimento profissional e propor melhorias nas condições de vida da população. Orientações recentes do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre teletrabalho e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) sobre formação remota demonstram que a preocupação com as TIC atravessa tanto o exercício quanto o ensino profissional.

É sob essa tradição crítica que apresentamos a coletânea *“Tecnologias Digitais Para Quem? desafios às políticas sociais”*. A obra é fruto de uma construção coletiva que envolve três experiências fundamentais:

A primeira dessas experiências fundamentais remonta ao projeto de pesquisa coordenado pela professora Rita Cavalcante, que se debruçou sobre as barreiras enfrentadas pela população para o acesso a direitos fundamentais na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Essa investigação preliminar foi essencial para evidenciar a urgência de estudos que articulem a tecnologia e o Serviço Social, especialmente ao identificar como os percursos burocráticos e digitais na esfera jurídica demandam uma análise que extrapole a dimensão técnica e alcance as mediações sociais do não acesso. A partir dessa imersão institucional, consolidou-se a necessidade de investigar como a digitalização dos serviços pode, contraditoriamente, atuar como entrave à garantia da cidadania para as parcelas mais vulnerabilizadas da sociedade.

Em uma escala nacional, a coletânea é também fruto de uma robusta pesquisa em rede intitulada *“Tecnologia e Políticas Sociais: desafios ao acesso e as intervenções profissionais”*, que promove uma articulação institucional entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Com a participação de mais de 30 pesquisadores, esse esforço coletivo visa mapear os desafios cotidianos de usuários da assistência e previdência social que dependem obrigatoriamente de dispositivos como celulares, computadores e planos de dados móveis para usufruir de seus direitos básicos. Ao investigar tanto a perspectiva da população atendida quanto as dificuldades e possibilidades encontradas pelos trabalhadores para realizarem suas atividades mediadas por essas ferramentas, o projeto fornece o substrato teórico e empírico que atravessa alguns capítulos desta obra.

Por fim, a terceira experiência que auxilia na construção deste livro foi a disciplina de pós-graduação *“Maquinaria Digital, Tecnologia e*

Política Social”, ministrada no segundo semestre de 2025 no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ. O espaço acadêmico da sala de aula serviu como um laboratório de reflexão teórica e debate crítico sobre o impacto das novas tecnologias na sociabilidade capitalista e na execução das políticas públicas sob a racionalidade neoliberal. Foi a partir dos diálogos estabelecidos e das pesquisas desenvolvidas durante esse curso que diversos trabalhos originais foram amadurecidos e adensados, transformando-se nos capítulos que compõem agora parte fundamental desta coletânea.

Com autores de diversas formações — como historiadores e jornalistas — e diferentes níveis de trajetória acadêmica, este livro busca democratizar o conhecimento técnico-científico para assistentes sociais e demais trabalhadores das políticas sociais. A obra organiza-se em três partes, independentes e articuladas.

A seção inicial descortina o fenômeno da tecnologia sob a lente da crítica da economia política, combatendo a visão de neutralidade técnica. O capítulo *"A ferramenta e seu feitiço: expressões contemporâneas do fetichismo da tecnologia"* analisa o fetiche da tecnologia no capitalismo digital. Gustavo Monlevad discute dez expressões desse fenômeno, como a ideologia da autonomia e o determinismo tecnológico, revelando como ocultam as relações sociais de trabalho.

O debate avança para o protagonismo dos influenciadores digitais. Luana do Nascimento investiga a relação entre influenciadores e plataformas. Questiona-se tal atividade e a exaustão algorítmica, a precarização e a dependência do modelo de negócio das Big Techs. Tal debate pode ser encontrado no capítulo *"Plataformas de Redes Sociais: O protagonismo dos criadores de conteúdo"* de sua autoria.

Para o fechamento da seção, o capítulo *"Autodefinição, Ciberativismo e Tecnologias de Informação e Comunicação: estratégias políticas de mulheres negras"* de Monique Eleotério, reflete sobre como mulheres negras utilizam as TICs para autodefinição e ciberativismo. Analisa a presença digital como ação política contra hegemônica, citando o caso da ONG Criola no enfrentamento ao racismo.

Na segunda seção, com o título *"O Estado e as políticas sociais: a que servem as tecnologias digitais?"*, destacam-se cinco capítulos instigantes. Com o título *"Sob o Signo da Transparência: governo aberto e a dataficação das políticas sociais no Brasil"* Luís Eduardo Fernandes examina a influência do "governo aberto" na digitalização estatal brasileira. Argumenta que o processo não é neutro, favorecendo a pilhagem do fundo público e a transferência de rendas para centros imperialistas.

No capítulo seguinte, Germano Molardi discute a transição da informatização para a dataficação dos serviços públicos. Utiliza o caso do INSS para mostrar como vazamentos e tecnologias facilitam transferências de valor do fundo público para o setor privado, com o capítulo *"O Estado digital: entre a informatização e a dataficação dos serviços públicos"*.

Ubiratan Dias Junior conceitua a dataficação da pobreza. Em seu capítulo *"Quando a pobreza vira dado: dataficação, Estado e políticas sociais"* o autor mostra como a gestão da assistência social converte trajetórias de vida em dados métricos, subordinando o trabalho social a dispositivos de vigilância e controle.

Seguindo a trama da transformação digital, neoliberalismo e à financeirização, Luiza Moraes, no capítulo: *"A transformação digital e o Estado como mediador da valorização de dados"* analisa a E-Digital e como o Estado atua como mediador da valorização de dados, transformando informações da população em commodities.

O último capítulo desta seção aborda a desigualdade digital no acesso à política de transferência de renda como nova expressão da questão social. Com tema inovador de André Gonçalves e Juliana Figueiredo, revelam como a barreira tecnológica penaliza idosos e pessoas com deficiência na busca por direitos. Com o capítulo intitulado *"A desigualdade digital no acesso ao Benefício de Prestação Continuada: uma nova expressão da questão social?"*

A seção final, em articulação com as demais, focaliza a área do conhecimento que origina a coletânea: o Serviço Social e seu trabalho cotidiano nas políticas sociais.

A autora Rita Gomes apresenta o capítulo *"Racionalidade neoliberal gerencial, subordinação tecnológica e Serviço Social"*, no qual analisa a subordinação tecnológica no Serviço Social sob a racionalidade gerencial. Discute como digitalização, dataficação e IA reconfiguram o trabalho estatal, intensificando o controle e o produtivismo.

No capítulo seguinte, com o título *"Autonomia e Tecnologias de Informação e Comunicação no Trabalho do Serviço Social: considerações sobre o Projeto Ético Político"* Erika Schreider problematiza os impactos da automação na autonomia profissional de assistente social. Defende que o Projeto Ético-Político deve orientar o uso crítico das TICs frente às estratégias de acumulação capitalista.

Com um tema instigante, Jessica de Oliveira investiga a articulação entre TICs e racialização penal no Rio de Janeiro. No capítulo intitulado *"Tecnologias da Informação e Comunicação e Racialização Penal"*, *demonstra-se* como o reconhecimento facial e algoritmos automatizam a seletividade racial e o controle de corpos criminalizados.

Para finalizar a seção e a coletânea, o capítulo *"TICs e reconfigurações do trabalho das/os assistentes sociais no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro"* a autora Carolina Sampaio analisa as reconfigurações do trabalho de assistentes sociais no TJRJ. Identifica como o processo judicial eletrônico e metas de produtividade restringem a autonomia técnica e a qualidade da análise crítica.

Em suma, a presente coletânea constitui uma ferramenta indispensável para decifrar as complexas tramas da maquinaria digital que hoje atravessa e reconfigura as políticas sociais no Brasil. A riqueza desta obra reside na pluralidade de trajetórias de seus autores e na diversidade dos objetos analisados – percorrendo desde o fetichismo da tecnologia e o ciberativismo até as barreiras concretas enfrentadas pela população no acesso ao BPC, no sistema prisional e no cotidiano do Poder Judiciário. Ao descortinar processos como a dataficação da pobreza e a subordinação técnica do trabalho, o livro demonstra que a tecnologia não é um fim em si mesma, mas um terreno de disputas políticas e éticas fundamentais para a contemporaneidade.

Mais do que um exercício acadêmico de alta densidade, cada capítulo oferece um subsídio crítico e efetivo para que assistentes sociais e demais trabalhadores das políticas sociais possam requalificar sua práxis e fortalecer sua autonomia frente à racionalidade neoliberal. Trata-se de um chamado à resistência propositiva, que subordina a técnica ao compromisso histórico com a defesa intransigente dos direitos humanos e com a qualidade dos serviços prestados à classe trabalhadora. Convidamos você a explorar estas páginas e a integrar este debate tão urgente quanto necessário para o futuro das políticas públicas.

Desejamos a todas e todos uma excelente e inspiradora leitura!

Rio de Janeiro, verão de 2026.

Rita Cavalcante
Rodrigo José Teixeira
Juliana Flores Vaz Figueiredo